



DESPACHO DE ENCAMINHAMENTO

TC 007.994/2017-6

Atuado o presente processo de cobrança executiva, organizada a documentação a ser encaminhada ao órgão executor, e, promovido o registro no Cadastro de Responsáveis por Contas Julgadas Irregulares – Cadirreg, de que trata o art. 1º, §3º, da Resolução - TCU 241/2011, encaminhem-se os autos ao Ministério Público junto ao Tribunal, via Adgecex/Scbex, para os fins previstos no art. 81, inciso III, da Lei 8.443/1992.

Responsável	Data do trânsito em julgado (individualizada)	Acórdão
Wilson Tótola CPF 096.217.927-20	31/12/2016	Acórdão 4087/2012 – TCU – 2ª Câmara (condenatória – subitem 9.2 – débito solidário). Acórdão 6826/2014 – TCU – 2ª Câmara (Embargos de Declaração provimento parcial). Acórdão 9385/2015 – TCU – 2ª Câmara (Embargos de Declaração conhecido/não provido). Acórdão 8523-2016 – TCU – 2ª Câmara (Recurso de Reconsideração). Acórdão 9964-2016 – TCU – 2ª Câmara (Retificador). Acórdão 10861-2016 – TCU – 2ª Câmara (Retificador). Acórdão 13212-2016 – TCU – 2ª Câmara (Embargos de Declaração conhecido/não provido).
Luiz Antônio Trevisan Vedoin CPF 594.563.531-68	5/1/2017	Acórdão 4087/2012 – TCU – 2ª Câmara (condenatória – subitem 9.2 – débito solidário). Acórdão 6826/2014 – TCU – 2ª Câmara (Embargos de Declaração provimento parcial). Acórdão 9385/2015 – TCU – 2ª



		<p>Câmara (Embargos de Declaração conhecido/não provido).</p> <p>Acórdão 8523-2016 – TCU – 2ª Câmara (Recurso de Reconsideração).</p> <p>Acórdão 9964-2016 – TCU – 2ª Câmara (Retificador).</p> <p>Acórdão 10861-2016 – TCU – 2ª Câmara (Retificador).</p> <p>Acórdão 13212-2016 – TCU – 2ª Câmara (Embargos de Declaração conhecido/não provido).</p>
<p>Santa Maria Comércio e Representação Ltda. CNPJ: 03.737.267/0001-54</p>	<p>5/1/2017</p>	<p>Acórdão 4087/2012 – TCU – 2ª Câmara (condenatória – subitem 9.2 – débito solidário).</p> <p>Acórdão 6826/2014 – TCU – 2ª Câmara (Embargos de Declaração provimento parcial).</p> <p>Acórdão 9385/2015 – TCU – 2ª Câmara (Embargos de Declaração conhecido/não provido).</p> <p>Acórdão 8523-2016 – TCU – 2ª Câmara (Recurso de Reconsideração).</p> <p>Acórdão 9964-2016 – TCU – 2ª Câmara (Retificador).</p> <p>Acórdão 10861-2016 – TCU – 2ª Câmara (Retificador).</p> <p>Acórdão 13212-2016 – TCU – 2ª Câmara (Embargos de Declaração conhecido/não provido).</p>

2. Destaca-se que o TC 020.985/2009-8 encontrava-se na Selog, tendo sido enviado à Secex/ES para autuação dos respectivos processos de cobrança executiva em 30 de março de 2017, razão pela qual a CBEX em epígrafe só pôde ser autuada na presente data.

3. Esclareço, ainda, que foram autuados processos de cobrança executiva para todos os itens da deliberação condenatória, Acórdão 4087/2012 – 2ª Câmara, quais sejam: subitem 9.2 (débito a ser recolhido aos cofres do Fundo Nacional de Saúde - FNS), referentes a Wilson Tótola, Luiz Antônio Trevisan Vedoin e Santa Maria Comércio e Representação Ltda. (TC 007.994/2017-6); subitem 9.3



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Controle Externo
Secretaria de Controle Externo - ES

(aplicação de multa conforme art. 57 da Lei 8.443/92), referentes a Wilson Tótola (TC 007.998/2007-1); Luiz Antônio Trevisan Vedoin (TC 007.995/2017-2); e Santa Maria Comércio e Representação Ltda. (TC 007.996/2017-6).

Secex/ES, em 15 de maio de 2017.

(Assinado eletronicamente)

Leonardo Gomes Ferreira

Assessor - AUFC – Matr. 6594-3